



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

3ª VARA DO TRABALHO DE RIBEIRÃO PRETO – 0066

[2001 a 2500 processos]

Entre os dias 27 e 31 do mês de março de 2017, o Excelentíssimo Senhor Desembargador do Trabalho **SAMUEL HUGO LIMA**, Corregedor Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 02/2017, divulgado em 02/02/2017 no DEJT (Edição 2161/2017 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 287). Presentes a Juíza Titular ROBERTA JACOPETTI BONEMER e a Juíza Substituta Auxiliar Fixa DENISE SANTOS SALES DE LIMA. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

Equipe de Correição:	Ayrton Rocha, Jacqueline Aparecida Campos Lopes, Luís Cláudio da Silva, Norton Luiz Bechtluft e Suely Suzuki
Jurisdição Atendida:	JARDINOPOLIS, RIBEIRAO PRETO, GUATAPARA
Lei de Criação:	7.729/89
Data de Instalação:	09/12/1990
Data de Instalação do PJE:	14/05/2014
Data da Última Correição:	05/04/2016
Acervo Físico/Acervo Total:	51 %
Acervo PJe/Acervo Total:	49 %



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
ROBERTA JACOPETTI BONEMER	01/03/2006

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO	SUBSTITUTO
30/04/2016 a 14/05/2016	LICENCA P/TRATAMENTO	SEM SUBSTITUTO
19/09/2016 a 18/10/2016	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
09/01/2017 a 07/02/2017	FERIAS	SEM SUBSTITUTO



2 - JUIZES AUXILIARES [01/04/2016 a 16/03/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
ANDREA MARIA PFRIMER FALCAO	20/09/2016 a 20/09/2016

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
DENISE SANTOS SALES DE LIMA	07/01/2016 a 19/12/2016
DENISE SANTOS SALES DE LIMA	07/01/2017 a 22/03/2017

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO	SUBSTITUTO
15/06/2016 a 14/07/2016	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
07/09/2016 a 07/09/2016	DIA TRAB PLANTAO	SEM SUBSTITUTO
12/10/2016 a 12/10/2016	DIA TRAB PLANTAO	SEM SUBSTITUTO
18/11/2016 a 17/12/2016	FERIAS	SEM SUBSTITUTO



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [31/01/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provisamento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ALCINDO MENDONCA MACHADO	AJJ	-	06/12/1990
ANGELICA CRISTINA CORBACHO DO VALE	TJA	FC-02 ASSISTENTE	09/01/2012
ELISANGELA FREIRE BARATTO	TJA	FC-02 ASSISTENTE	10/05/2005
ELIZETE APARECIDA FERNANDES	TJA	FC-02 ASSISTENTE	10/12/1990
FABRICIO LUIZ SINICIO ABIB	AJJ	FC-05 ASSISTENTE DE JUIZ	12/11/2012
GLAUCE RENEE DA SILVA	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	10/03/1997
LUCIANA MARIA FIRMINO FRANZE	AJA	FC-05 ASSISTENTE DE JUIZ	09/03/2006
MARCELA CLEMENTE MARTIN CASTILHO	TJA	FC-04 CALCULISTA	21/01/1995
MARCELA GRANZOTE GHIDELLI MESTRINER	TJA	-	23/04/2012
MARCELO ANTONIO ZAMBONINI	AJJ	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	20/11/1989
MARLENE RODRIGUES MENDONCA MACHADO	AJA	FC-02 ASSISTENTE	06/11/1992
MONICA CANDELARIA DEFINA	TJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	05/12/2005
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			12
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			0
LOTAÇÃO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 63 DO CSJT			15-16



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [04/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM PLANTÃO JUDICIÁRIO	3
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM RECESSO	3
LICENÇA LUTO	8
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	34
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE PESSOA DA FAMÍLIA	2
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	2
TOTAL	52



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [31/01/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
FARLEY APARECIDO SANDRI DE OLIVEIRA	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/04/2016



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [31/01/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

SERVIDORES	HORAS
ANGELICA CRISTINA CORBACHO DO VALE	120
ELISANGELA FREIRE BARATTO	140
GLAUCE RENEE DA SILVA	40
MARCELA GRANZOTE GHIDELLI MESTRINER	120
MONICA CANDELARIA DEFINA	10



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [04/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	542	1.336	1.498
	Aguardando encerramento da instrução	883	860	1.020
	Aguardando prolação de sentença	100	105	110
	Aguardando cumprimento de acordo	721	367	426
	Solucionados pendentes de finalização na fase	3.845	4.065	4.682
	Pendentes de finalização		3.905	4.191
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	440	531	645
	Liquidados pendentes de finalização na fase	476	509	924
	Pendentes de finalização	747	850	1.184
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	2.823	1.461	1.539
	Encerrados pendentes de finalização na fase	1.809	604	733
	Pendentes de finalização	4.166	1.593	1.942
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	1	0
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	1.206	85	322
TOTAL		10.024	6.720	8.234



5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [04/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	213	248	73
Exceções de Incompetência	11	9	4
Antecipações de Tutela	305	303	7
Impugnações à Sentença de Liquidação	27	13	25
Embargos à Execução	65	72	74
Embargos à Arrematação	0	3	2
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	9	8	16
TOTAIS	630	656	201



6 - RECURSOS [04/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	615	492	227
Recurso Adesivo	27	21	37
Agravo de petição	42	33	54
Agravo de Instrumento	7	3	18
TOTAIS	691	549	336



7 - PRAZOS MÉDIOS [04/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	393	105	199	207
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.359	185	349	374
Total / Média	1.752	167	311	333

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	399	123	202	209
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.325	207	351	373
Total / Média	1.724	187	312	331

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	143	58	24	24
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	615	62	36	32
Total / Média	758	61	33	30

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	51	210	253	256
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	377	196	266	274
Total / Média	428	198	264	271

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	95	952	1.947	2.080
Do início ao encerramento da execução - ente público	8	1.285	1.226	1.105
Total / Média	103	978	1.870	1.973

*Do início até a extinção da execução

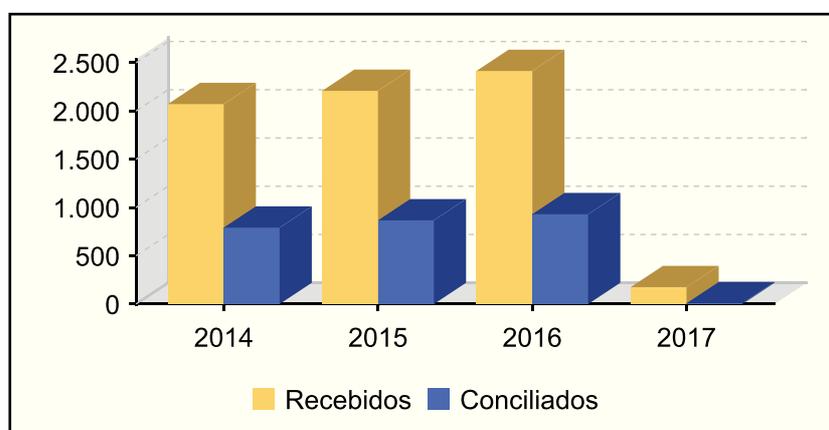


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

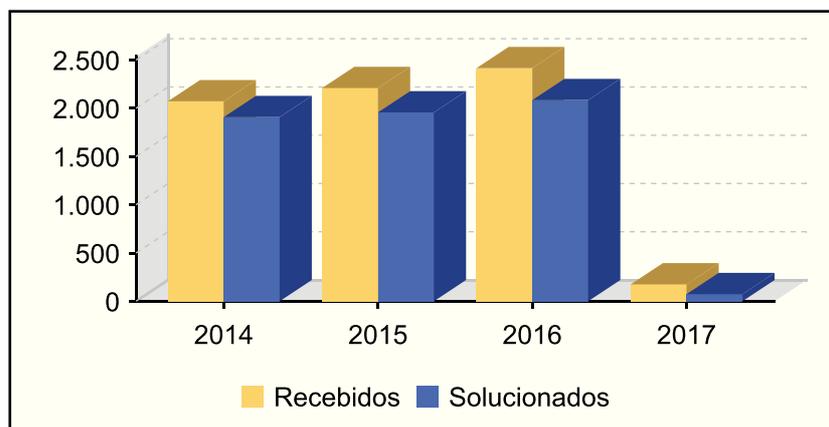
8.1 - Índice de conciliações [até 01/2017]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2014	2.072	792	38,22
2015	2.209	867	39,25
2016	2.415	931	38,55
2017	175	8	4,57



8.2 - Índice de soluções [até 01/2017]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2014	2.072	1.908	92,08
2015	2.209	1.957	88,59
2016	2.415	2.084	86,29
2017	175	74	42,29



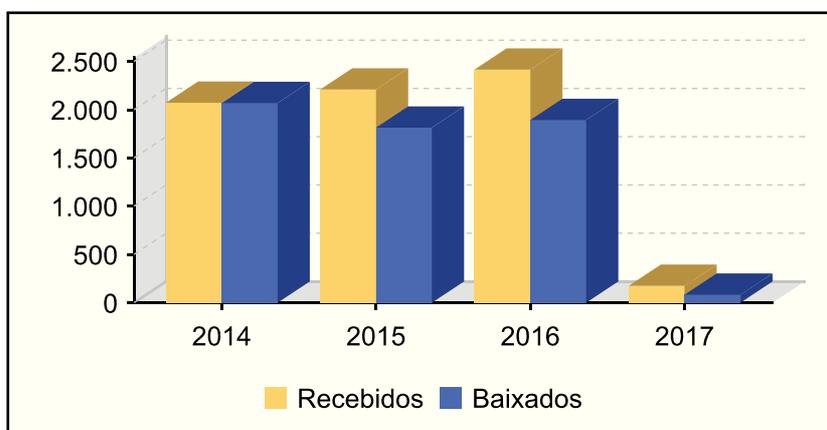


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

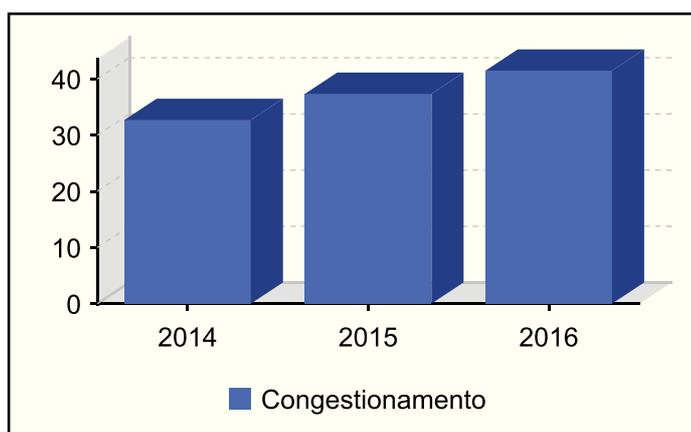
8.3 - Índice de baixas [até 01/2017]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2014	2.072	2.069	99,86
2015	2.209	1.814	82,12
2016	2.415	1.893	78,39
2017	175	83	47,43



8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2014	763	2.072	1.908	32,70
2015	915	2.209	1.957	37,36
2016	1.147	2.415	2.084	41,49

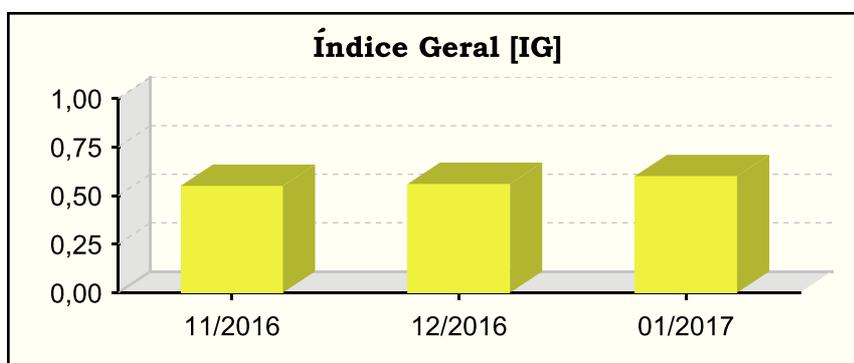
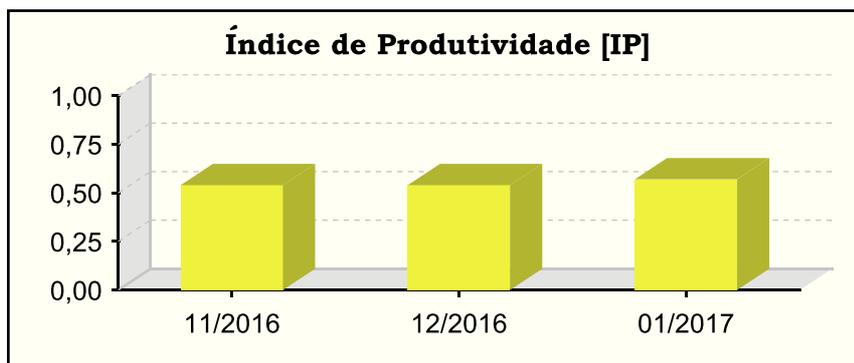
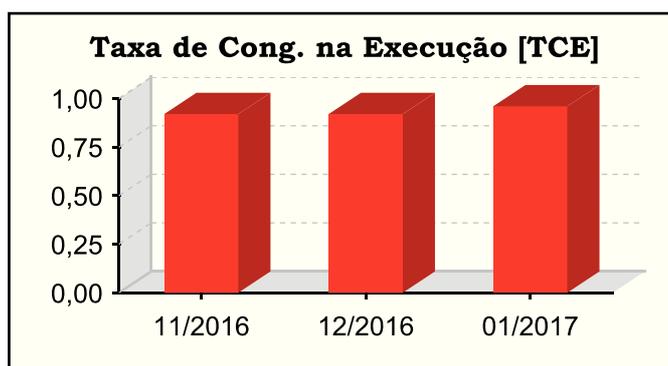
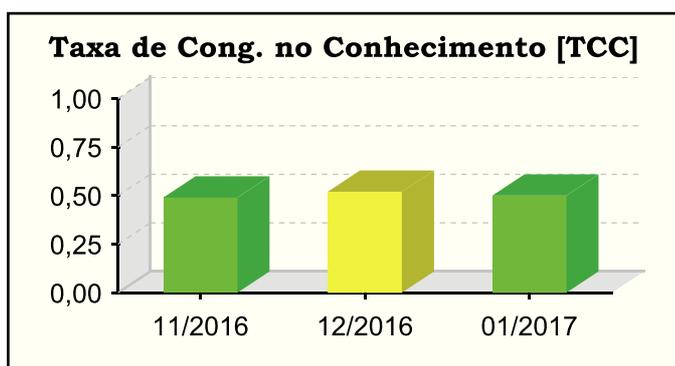




9 - MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO - MGD:

(fonte: e-SInCor MGD)

DATA MGD	TCC	TCE	IP	IG
11/2016	0,49	0,92	0,54	0,55
12/2016	0,52	0,92	0,54	0,56
01/2017	0,50	0,96	0,57	0,60





10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	924	77,0	47,9
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	741	61,8	38,4
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.665	138,8	86,3
Processos solucionados - sem exame de mérito	426	35,5	22,1
Incidentes Processuais Resolvidos	753	62,8	39,0
Dias-Juiz	579	48,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	40.898	69,6	42,9
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	47.881	81,4	50,2
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	88.779	151,0	93,1
Processos solucionados - sem exame de mérito	18.776	31,9	19,7
Incidentes Processuais Resolvidos	34.680	59,0	36,4
Dias-Juiz	28.605	48,6	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	127.892	69,7	45,6
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	136.919	74,6	48,9
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	264.811	144,2	94,5
Processos solucionados - sem exame de mérito	50.547	27,5	18,0
Incidentes Processuais Resolvidos	95.893	52,2	34,2
Dias-Juiz	84.065	45,8	---

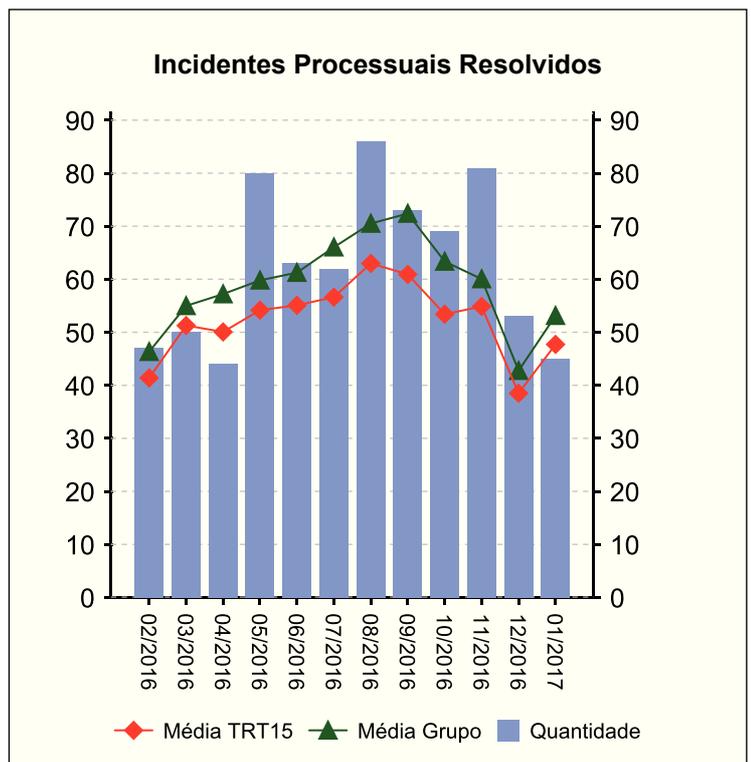
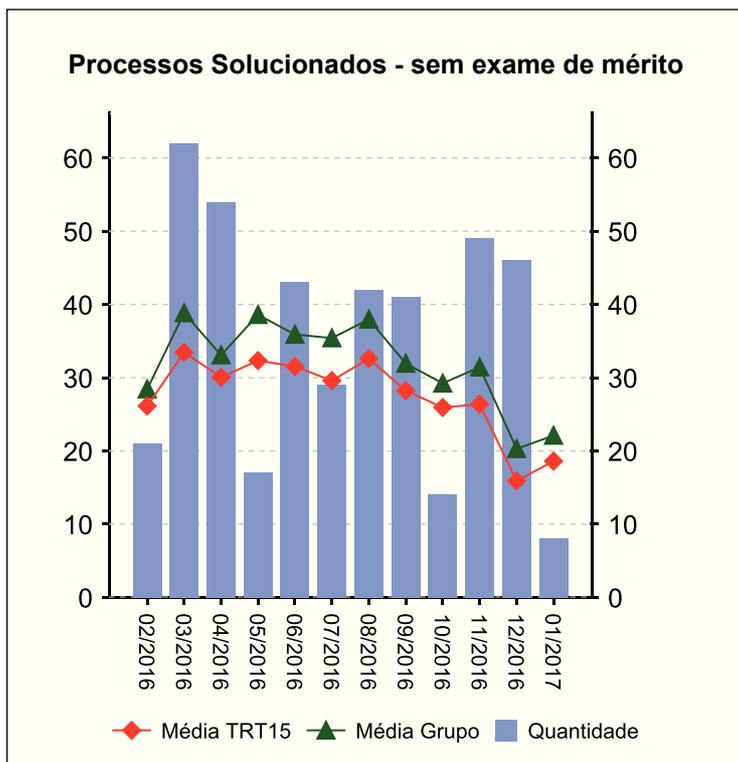
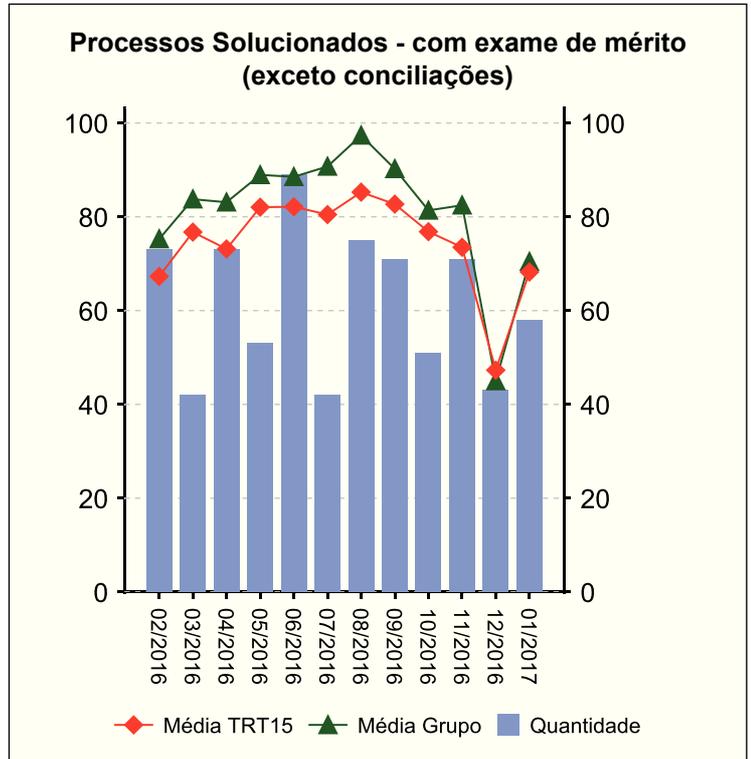
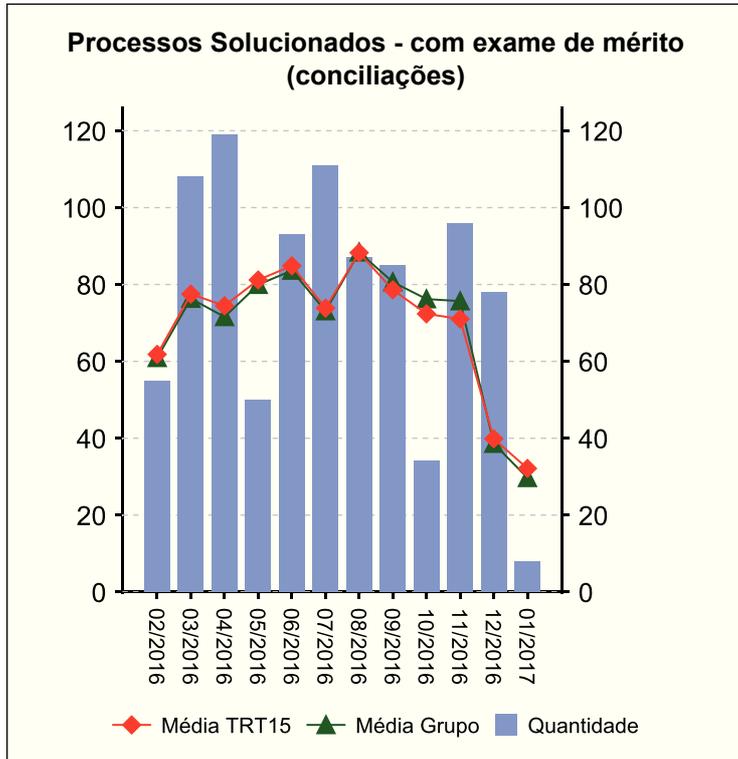
*Aferição de Resultado Individual Aproximado



10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Audiências - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	2	0,2	0,1
Sessões de audiência realizadas - instrução	638	53,2	33,1
Sessões de audiência realizadas - una	1.338	111,5	69,3
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	2.185	182,1	113,2
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	181	15,1	9,4
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.976	164,7	102,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	2.366	197,2	122,6
Dias-Juiz	579	48,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Audiências - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	42.055	71,5	44,1
Sessões de audiência realizadas - instrução	30.044	51,1	31,5
Sessões de audiência realizadas - una	53.109	92,2	55,7
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	9.644	16,4	10,1
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	9.824	16,7	10,3
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	83.153	141,4	87,2
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	19.468	33,1	20,4
Dias-Juiz	28.605	48,6	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Audiências - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	124.374	73,5	44,4
Sessões de audiência realizadas - instrução	89.510	48,8	31,9
Sessões de audiência realizadas - una	154.037	84,5	55,0
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	29.569	16,1	10,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	30.829	16,8	11,0
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	243.547	132,7	86,9
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	60.398	32,9	21,6
Dias-Juiz	84.065	45,8	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

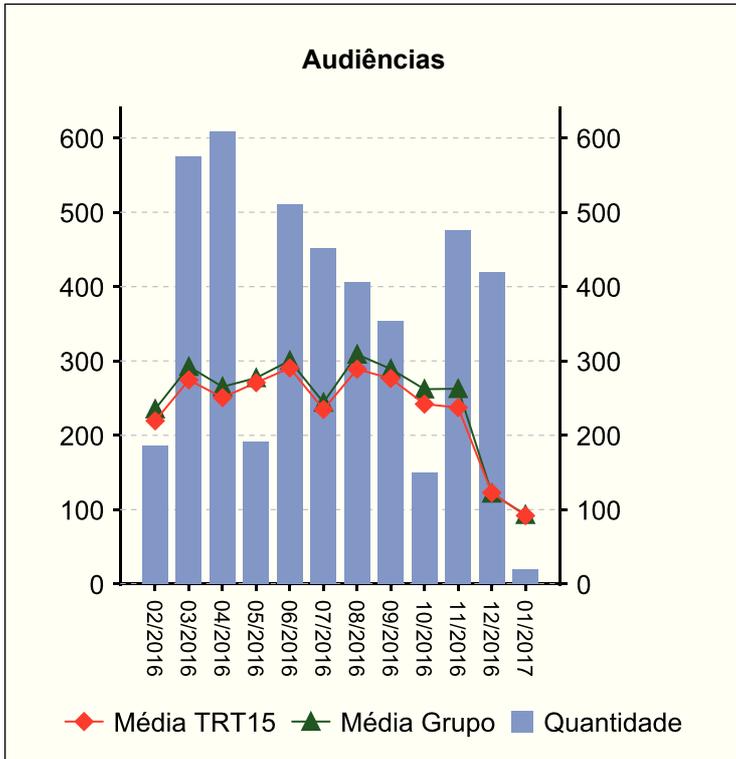


10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

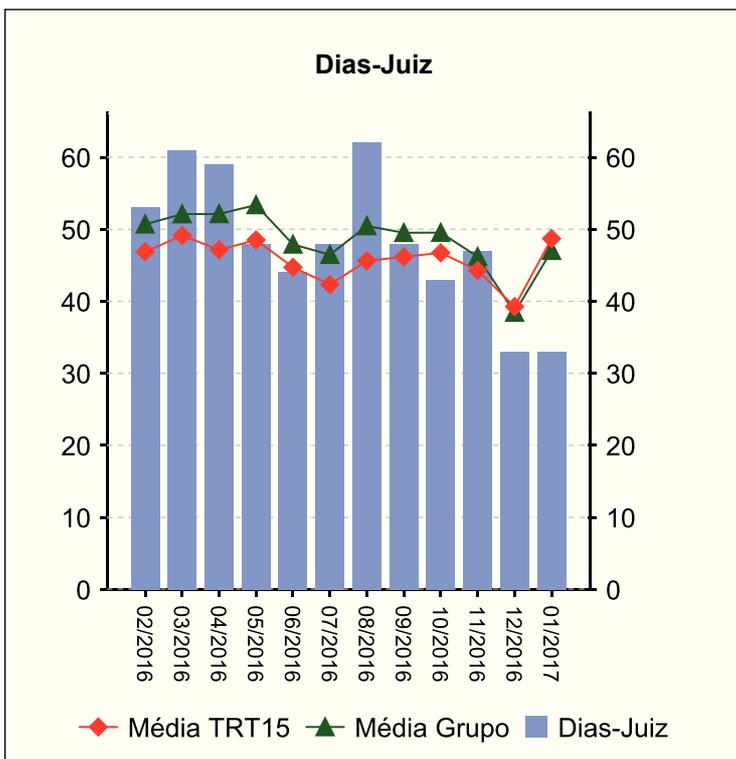
[02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
02/2016	20	8	0	62	96	186
03/2016	410	17	0	45	103	575
04/2016	307	36	0	62	204	609
05/2016	16	12	0	32	131	191
06/2016	321	14	1	62	112	510
07/2016	231	7	0	100	113	451
08/2016	119	5	1	102	179	406
09/2016	217	24	0	43	69	353
10/2016	17	5	0	27	101	150
11/2016	253	25	0	75	122	475
12/2016	273	28	0	22	96	419
01/2017	1	0	0	6	12	19
Total	2185	181	2	638	1338	4344



Dias-Juiz

Mês/Ano	Qtd
02/2016	53
03/2016	61
04/2016	59
05/2016	48
06/2016	44
07/2016	48
08/2016	62
09/2016	48
10/2016	43
11/2016	47
12/2016	33
01/2017	33
Média Mensal	48,2



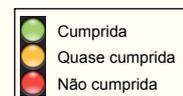
11 - METAS NACIONAIS [01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano

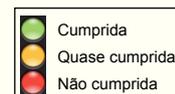
Casos Novos	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos Solucionados	Grau de Cumprimento
2415	2084	331	201	174	86 %



Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2014

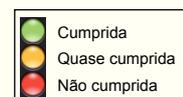
Processos distribuídos até 31/12/2014	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
2072	1865	2051	0	174	57	33 %	100 %



Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
479	338	141	40	28	71 %





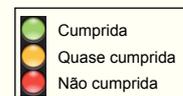
11 - METAS NACIONAIS [01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2016, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2013

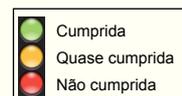
Processos pendentes em 31/12/2013	Processos solucionados a partir de 01/01/2014	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
8	9	0	0	100 %



Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 2% o prazo médio em relação ao ano base 2014 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2014	Prazo Médio em 2016	Meta	Grau de Cumprimento
134	184	131	60 %





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



12 - ARRECADAÇÃO [04/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 7.894,28	R\$ 134.785,94	R\$ 160,37	R\$ 859.929,33



13 – ANÁLISE DO QUADRO DE PESSOAL:

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos 2014, 2015, 2016)	Faixa Processual (Res. CSJT 63/2010)	Ideal (Res. 63/2010 CSJT (exceto OJA))	Lotação atual (exceto OJA)	Ideal Port. GP 24/2016 (exceto OJA)
2.232	2.001-2.500	15-16	12	13

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Considerando o histórico deficit de pessoal que atinge todas as unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e, visando a adequação da lotação, a Presidência instituiu através da Portaria GP nº 24/2016, redutor na proporção de 16% sobre o ideal fixado para todas as Varas do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, até que sobrevenha aprovação de lei de criação de cargos.

Com base no exposto, o número atual de servidores lotados na Vara do Trabalho está abaixo dos parâmetros previstos na referida Portaria.

14 – ACERVO DA UNIDADE:

14.1 – PROCESSOS SEM TRAMITAÇÃO:

(fonte: informação da Unidade em 08/03/2017)

	PJe*		SAP*
Data de corte:	07/02/2017	Data de corte:	07/02/2017
Saldo:	1.163	Saldo:	3.314
Data do mais antigo	14/06/2016	Data do mais antigo	16/05/2012
		Total:	4477

14.2 – INFORMAÇÕES SOBRE O MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO – MGD:

O mapeamento global de desempenho (MGD) criado pela Corregedoria Regional e regulamentado pela Portaria CR nº 17/2014 é um leitor de cenários que disponibiliza aos gestores o índice de desempenho da atividade judiciária pela média comparativa de resultados, considerando a força de trabalho. No último relatório disponibilizado é possível



verificar os índices da Unidade, destacando seu Índice Geral de 0,60. Considerando-se esse Índice Geral, no grupo entre 2.001 a 2.500 processos, a 3ª VT de Ribeirão Preto apresenta-se no último relatório na 31ª posição – em um total de 49 Unidades. Por sua vez, comparando-se às demais Unidades no Fórum Trabalhista de Ribeirão Preto, a 3ª Vara detém o 3º melhor Índice Geral.

A Taxa de Congestionamento no conhecimento – TCC se manteve praticamente estável nos últimos meses, com 0,50 no relatório de 01/2017. Por outro lado, a Taxa de Congestionamento na Execução -TCE apresentou elevação, de 0,89 em 06/2016 a 0,96 em 01/2017, indicando alta criticidade nessa fase processual.

Variável comparável que inspira atenção é o acervo (quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento, liquidação e execução), com índice 0,74.

Além disso, como indicado no item anterior, foi constatada a existência de saldo expressivo de processos sem tramitação há mais de 30 dias.

Considerando-se a força de trabalho disponível na Unidade (de 78% do ideal), ainda que a data de corte fosse proporcionalmente flexibilizada (até 70 dias), haveria passivo na Unidade, considerando-se haver processos sem tramitar desde 14/06/2016 no PJe e ainda 16/05/2012 no SAP, em saldo ainda bastante expressivo (com 3173 processos físicos e 492 eletrônicos). Assim, para a melhor gestão desses processos sem tramitação, a necessidade de elaboração de plano de ação é registrada.

15 - ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da Consolidação dos Provedimentos da CGJT):

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

15.1 – não se pronuncia explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, limitando-se a proferir despachos com referência às locuções “Processe-se o recurso”, a exemplo dos processos nº 0012159-07.2015.5.15.0066, 0012167-81.2015.5.15.0066 e 0010618-02.2016.5.15.0066;

15.2 – faz uso dos sistemas BACENJUD (em consulta em 16/03/2017, verificou-se a existência de 328 protocolos nos últimos 12 meses, com 1 pendência, de 14/09/2006) e INFOJUD (a exemplo dos processos nº 0012355-40.2016.5.15.0066, 0012307-81.2016.5.15.0066 e 0011221-46.2014.5.15.0066);

15.3 – ordena, imediatamente após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta liberação deste



em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento, a exemplo dos processos n.º 0010675-88.2014.5.15.0066 e 0001371-02.2013.5.15.0066;

15.4 – não determina a citação do(s) sócio(s) quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora;

15.5 – há audiências designadas em 05 dias da semana, segundo consulta ao PJ-e no período de 20/03/2017 a 19/03/2017;

15.6 – inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de execução – foram realizadas 181 no período de 02/2016 a 01/2017;

15.7 – não exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, SIMBA (em implementação) e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da Vara do Trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao MM. Juiz para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10, e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.

16 – PRODUTIVIDADE DA VARA:

16.1 – PROCESSOS SOLUCIONADOS:

A Unidade apresenta índice de 0,43 nos processos pendentes de solução no último relatório do MGD. Esse saldo é composto da soma daqueles que aguardam a primeira sessão de audiência, dos que aguardam o encerramento da instrução processual e dos que aguardam a prolação da sentença. Trata-se de variável cuja aferição é feita mediante a divisão do valor apurado na Unidade pelo maior coeficiente dessa variável no grupo em que se insere. Comparada assim à unidade do grupo com maior quantidade de processos pendentes de solução, a 3ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto apresenta 43% do maior saldo de processos pendentes.



Conforme item 10.1 da presente Ata, a Unidade contou com média de 48,3 dias-juiz nos últimos doze meses, próximo à média do grupo (48,6 dias-juiz).

Também se observa que, proporcionalmente a essa disponibilidade de magistrados, a Unidade alcançou média mensal de processos solucionados por meio de conciliações (RARIA 47,9) superior à média de seu grupo (RARIA 42,9).

No entanto, excetuando-se as conciliações, a média de feitos solucionados esteve abaixo da média do grupo (RARIA 38,4 na Unidade, enquanto 50,2 no grupo), de forma que a média total de processos solucionados com exame de mérito, proporcionalmente à disponibilidade de magistrados, foi de 86,3 (RARIA), resultado também abaixo da média do grupo (RARIA 93,1).

Destaca-se que no ano de 2016 (item 11) não foram atingidas as Metas nº 1 do CNJ (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano – com 86% e nº 5 da Justiça do Trabalho (reduzir em 2% o prazo médio do conhecimento – com 60%) – e que já no ano de 2015 essas metas haviam sido descumpridas (respectivamente, com 89% e 70%, como registrado na última Ata de Correição).

17 – AUDIÊNCIAS

Em consulta ao PJ-e realizada em 20/03/2017, às 12h30, foi verificado que há audiências agendadas com regularidade até:

TIPO	DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO DO AJUIZAMENTO ATÉ A PRIMEIRA AUDIÊNCIA (EM DIAS)
INICIAIS	-	-	-
UNAS	30/10/17	83*	224 dias
INSTRUÇÕES	27/10/17	-	221 dias
CONCILIAÇÃO	23/06/17	-	93 dias
MEDIAÇÃO	12/05/17	-	53 dias

**83 processos na tarefa “Triagem inicial”.*

Foi informado pela Unidade que a pauta é automatizada, e que processos envolvendo Órgãos Públicos são incluídos em pauta, assim como feitos com pedido dependente de prova pericial. A audiência de instrução é designada desde a 1ª audiência – o que se verificou, exemplificativamente, nos processos nº 0011738-80.2016.5.15.0066, 0011289-93.2014.5.15.0066, 0011293-96.2015.5.15.0066, 0010331-39.2016.5.15.0066.



17.1 – Composição das pautas (fonte: Vara do Trabalho)

17.1.1 – JUIZ TITULAR/JUIZ SUBSTITUTO

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã	04					10
	tarde	06					
terça	manhã				19		50
	tarde				31		
quarta	manhã	05					11
	tarde	06					
quinta	manhã				19		50
	tarde				31		
sexta	manhã	04					10
	tarde	06					

Obs. A Unidade não informou pauta de instrução. Em consulta ao PJE foi verificada média de 25 audiências por semana (pesquisa de 21/03/2017 a 20/03/2018).

17.1.3 – MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO:

O gestor informou não serem adotadas na Unidade medidas de incentivo à mediação.

Frisa-se a importância desse meio de solução consensual de conflitos, que, estatisticamente, consiste em instrumento de auxílio e desafogamento do Judiciário, bem como de pacificação social, solução e prevenção de litígios. Observa-se que na última Correição Ordinária foi elogiada pelos advogados atendidos a realização de mediações na 3ª Vara.

17.1.4 – ANÁLISE:

Observando o gráfico no Item 10.2, verifica-se que a Unidade, com dados apurados até 31/01/2017, realizou maior média de audiências unas e de instrução (102,4 – RARIA) se comparada com a média mensal do grupo (87,2 – RARIA), bem como com a média do TRT (86,9). Neste aspecto, a Corregedoria consigna elogios à pauta de audiências realizadas pela Unidade.

A Corregedoria apresenta as boas práticas, além das medidas já divulgadas,



destacando-se o projeto “Mediação/UNA”, adotado na Vara do Trabalho de São Sebastião. A prática consiste em designar audiência de mediação ou una, esclarecendo não ser necessário o comparecimento de testemunhas, mas já predefinindo os efeitos da ausência da parte (arquivamento ou revelia). Busca-se a solução consensual, entretanto, caso não seja obtida, designa-se audiência de instrução, se o caso. E a “Mediação/INI”, em processos com pedido de perícia, implementada pela Vara do Trabalho de Itapira, para a qual a ré deve apresentar a defesa, com os efeitos da ausência da parte (arquivamento ou revelia) e, se infrutífero o acordo, as partes saem cientes da designação de perícia.

18 – HASTA PÚBLICA – SISTEMA EXE15

Consultado o sistema informatizado EXE15, verificou-se que a Unidade enviou bens ou processos às hastas unificadas da Circunscrição ao longo do ano de 2016 e também às hastas designadas para 2017. No entanto, em pesquisa por amostragem, verificou-se a retirada de bens por estar incorreta a descrição do bem, como no processo nº 88800-03.1996, em que o mesmo bem foi retirado de hasta duas vezes pelo mesmo motivo (reavaliação e lançamentos corretos no sistema).

19 – RECOMENDAÇÕES:

19.1 – utilizar a Tabela Dinâmica do SAP1G, se houver processos físicos, como instrumento de gestão dos feitos sem tramitação;

19.2 – utilizar a modelagem de gestão de processos, divulgando os arquivos disponibilizados pela Corregedoria (Extranet – Jurídico – Orientações do Corregedor);

19.3 – observar a Recomendação GP-SS nº 01/2014 (pausas em trabalho com movimentos repetitivos e esforço visual);

19.4 – realizar o pronunciamento explícito acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se limitando às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”, com fulcro no inciso I do art. 26 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho;

19.5 – viabilizar a melhor forma de citação eletrônica, conforme previsto no inciso V do art.246 da Lei 13.105/2015 (Novo CPC), mediante contato com grandes empresas demandadas, e Municípios que consentirem com a utilização da medida;



19.6 – recomenda-se, com fundamento na Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, que fique sob responsabilidade dos assistentes de juiz a confecção das minutas das sentenças, dos embargos e das tutelas antecipadas, sendo que a ordem judicial nelas contidas deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dará imediato cumprimento à respectiva determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessário.

20 – DETERMINAÇÕES:

20.1 – encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para pfing.regressivas@agu.gov.br e regressivas@tst.jus.br, nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011, assim como cópia de decisão nos casos de reconhecimento de agente insalubre após prova pericial (sentenças.dsst@mte.gov.br e insalubridade@tst.jus.br), de acordo com Ofício Circular TST.GP nº 670/2013 e Recomendação Conjunta 3GP.CGJT de 2013;

20.2 – observar os Comunicados GP-CR nº 04/2010 e 10/2011, que tratam da necessidade de se dar preferência à instrução e julgamento das ações civis públicas e civis coletivas;

20.3 – diligenciar pelo devido cadastro dos Requisitórios de Pequeno Valor, no sistema de acompanhamento de 1º Grau, no campo “Estatística – Cadastro de Valores”, quando da requisição e do pagamento;

20.4 – priorizar a redução dos prazos médios nos processos em tramitação na Unidade, se existentes condições mínimas de lotação;

20.5 – envidar esforços para alcançar as Metas do CNJ e Justiça do Trabalho, especialmente considerando que, conforme registro no item 11 desta Ata não foram integralmente cumpridas as Metas nº 1 do CNJ (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano – com 86%), nº 5 do CNJ (baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano), nem a Meta 5 da Justiça do Trabalho (reduzir em 2% o prazo médio do conhecimento – com 60%);

20.6 – desenvolver competência do trio gerencial para utilizar os relatórios do e-Gestão, os quais estão disponibilizados pela CGJT no endereço eletrônico



“<http://novoegestao.tst.jus.br/BOE/BI/>”, com o nome de usuário “consulta@trt15.jus.br”, para consulta dos relatórios Resumo, Espelho e Gerencial”;

20.7 – realizar a gestão por processo e não por petição, a qual deverá ser apreciada por ocasião da análise do processo, conforme preconiza a Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012 e suas alterações. Observar ainda que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dará imediato cumprimento à determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessários;

20.8 – observar os normativos: Portarias CR nº 03/2014 (setores de destino no SAP1G); Comunicado GP-CR nº 06/2014 (execução contra massa falida); Comunicados GP-CR nº 07/2014 e 52/2014 (execução de contribuições previdenciárias); Ordem de Serviço CR nº 01/2015 (mandados); Comunicado CR nº 08/2016 (publicação de sentença no PJe);

20.9 – intensificar a realização de audiências nos processos da fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição;

20.10 – utilizar regularmente as ferramentas eletrônicas disponíveis, exaurindo as iniciativas do juízo com objetivo de tornar exitosa a execução dos feitos;

20.11 – observar a Ordem de Serviço CR nº 06/2016, que disciplina a distribuição de Cartas Precatórias Inquiritórias entre unidades da 15ª Região no Processo Judicial Eletrônico, especialmente quanto ao inciso I o qual estabelece que quando for necessária a oitiva de testemunha a ser realizada em unidade da 15ª Região, a partir de Unidades também da 15ª Região, o juízo deprecante deve expedir carta precatória inquiritória e distribuí-la no juízo deprecado informando como referência o número completo do processo de origem;

20.12 – observar a regularidade de procedimentos para envio de bens e processos às hastas públicas unificadas, as quais estão previstas no art. 2º do Provimento GP-CR 03/2014 e no itens I a IV da Ordem de Serviço CR nº 4, de 24 de fevereiro de 2016, evitando-se a retirada de bens para regularização posterior, assim zelando pela celeridade processual e bom atendimento ao jurisdicionado.

21 – PROCESSOS ANALISADOS:

Foram analisados em pesquisa prévia (20/03/2017), por amostragem, processos



da Unidade, dentre os quais ensejam determinações os abaixo relacionados:

ORDEM	PROCESSO	SITUAÇÃO	DETERMINAÇÃO
1	0010607-70.2016.5.15.0066	Processo tarefa “Aguardando audiência”, no entanto, sem audiência futura – houve audiência em 09/11/2016, prazos sucessivos para razões finais até 19/12/16, designado julgamento para 24/02/17, nos termos da súmula 197. Não houve retirada da tarefa, nem movimento de conclusão.	Tramitar o feito, com a conclusão para julgamento. Além disso, intensificar a gestão para que permaneçam na tarefa apenas os feitos que aguardam realização de audiência – exemplificativamente, processos nº 12399-59.2016, 11065-87.2016 e 11073-64.2016, aguardando cumprimento de acordo celebrado em audiência, mas que ainda estavam na tarefa.
2	0010374-73.2016.5.15.0066	Processo na tarefa “aguardando cumprimento de acordo ou pagamento”, com prazo para cumprimento até agosto de 2016, sem notícia de descumprimento ou qualquer movimentação.	Verificar pendências e possibilidade de arquivamento. Em subcaixas referentes a prazos vencidos há 240 processos. Além disso, o 0011520-52.2016.5.15.0066, com prazo para cumprimento de acordo até 23/10/16, está na tarefa “aguardando final do sobrestamento – 2016 – 10- 2ª quinzena”.
3	0010609-74.2015.5.15.0066	Processo na tarefa “Aguardando término dos prazos” desde 28/07/16. Verifica-se que após a sentença de 29/03/2016, foram as partes notificadas, no entanto, há prazo “0 dias” na aba expedientes, impedindo o encerramento automático dos prazos.	Observar para os prazos lançados reflitam o período efetivamente aguardado, pela adequada utilização das funcionalidades do Pje. Há exemplos em outras fases, como o 0001372-21.2012.5.15.0066, na liquidação e 0010297-98.2015.5.15.0066 na execução.
4	0011693-13.2015.5.15.0066	Processo com tramitação prioritária na tarefa “Análise do conhecimento” desde 24/10/2016. verifica-se que, após a decisão para processamento de Recurso Adesivo do reclamado em 13/10/2016, o reclamante peticionou desistindo de seu R. Ordinário (24/10/16) e pela liberação de depósito recursal. No entanto, não houve tramitação.	Dar prosseguimento ao feito. Nessa tarefa o mais antigo aguarda desde 29/06/16 (processo 0010957-29.2014.5.15.0066 – retornou do 2º grau desde 25/06/2015, sem tramitação – R.O. do reclamante não provido – verificar a possibilidade de arquivamento do feito)
5	0011980-31.2016.5.15.0004	Processo extinto sem resolução de mérito em 21/10/2016, na tarefa prazos vencidos desde 04/11/16.	Analisar a possibilidade de arquivamento, como determinado na sentença. Na mesma tarefa, desde 18/10/2016, o processo 0010286-69.2015.5.15.0066 com recurso do reclamante denegado em 05/10/16, sem registro de trânsito em julgado e baixa do feito.
6	0010445-12.2015.5.15.0066	Processo na tarefa “Recebimento da instância superior” desde 19/07/2016. O recurso da reclamada não foi provido.	Determina-se o prosseguimento do feito com os registros necessários.
7	0001788-52.2013.5.15.66	Processo na Meta 2, CNJ. Houve audiência de 09/11/16, em que foi determinado o arquivamento.	Verificar a possibilidade de baixa, com arquivamento do feito, como determinado. Além disso, priorizar o julgamento dos feitos pendentes na Meta 2 do CNJ, a exemplo do 626-22.2013.5.15.66 (prazo para regularizar a representação processual até 11/12/2015, sob pena de extinção sem resolução do mérito).
8	0000620-78.2014.5.15.0066	Há despacho analisando os ED em 09/12/15, mas não foi registrada a solução, assim, o incidente permanece	Regularizar os lançamentos.



		pendente no e-gestão.	
9	0094100-77.1995.5.15.0066	Processo na variável 342 do e-gestão (pendentes de finalização – fase de conhecimento), com última ocorrência “APS – apensado ao processo 203700-67.1994”. Verifica-se que o processo ao qual foi apensado encontra-se arquivado definitivamente.	Verificar os movimentos para baixa do feito.
10	0000461-38.2014.5.15.0066	Processo na variável 342 do e-gestão (pendentes de finalização – fase de conhecimento), com última ocorrência “CGA – em carga com advogado” desde 16/06/2016. O prazo para pagamento de honorários periciais venceu em 27/04/2016, com o encerramento do prazo para cumprir acordo.	Intensificar a gestão dos feitos em carga e verificar, nesse caso, o prosseguimento da execução ou possibilidade de baixa.
11	0001918-42.2013.5.15.0066	Processo na variável 342 do e-gestão (pendentes de finalização – fase de conhecimento), com última ocorrência “NOM – nomeação do perito” desde 26/10/2015. Verifica-se ser nomeação para cálculos de liquidação, no entanto, sem registro de início da Liquidação ou migração ao PJe.	Dar prosseguimento ao feito, regularizando a tramitação na fase adequada. Em situação semelhante o 603-47.2011, com ocorrência “RCT-recebido pela contadoria” desde 05/12/2016. Verifica-se no último despacho menção a “prosseguir a liquidação”, no entanto, não há registro de início da fase, permanecendo na fase de conhecimento, o que deverá ser analisado para regularização.
12	0001002-76.2011.5.15.0066	ACP na variável 342 do e-gestão (pendentes de finalização – fase de conhecimento), com última ocorrência “RCJ- recebido para prosseguir” - houve trânsito em julgado em 27/10/2015.	Determina-se a análise para prosseguimento ou baixa do feito.
13	0000117-62.2011.5.15.0066	processo na variável 342 do e-gestão (pendentes de finalização – fase de conhecimento), com última ocorrência “TRA – trânsito em julgado” desde 06/05/2013, sem qualquer lançamento posterior.	Determina-se a tramitação do feito conforme o último despacho (“... <i>Libere-se à reclamada o depósito recursal de fl. 515, verso (R\$6.290,00, CEF, 1612, 11/06/2012). Expeça-se a Requisição de pagamento dos honorários devidos ao Perito Sérgio Jorge de Carvalho, conforme já determinado à fl. 531, verso. Após, nada mais havendo, dê-se baixa e arquivem-se os autos.</i> ”) para baixa do feito.
14	0012367-54.2016.5.15.0066	Processo na tarefa “iniciar liquidação” desde 05/12/2016, com alerta de tramitação prioritária.	Determina-se a tramitação, e a gestão para que feitos não permaneçam em tarefas intermediárias.
15	0010160-53.2014.5.15.0066	Processo na tarefa “prazos vencidos” desde 06/09/16, com alerta de tramitação prioritária.	Verificar a possibilidade de baixa, nos termos da sentença de liquidação.
16	0000345-03.2012.5.15.0066	Processo na variável 346 do e-gestão (pendentes de finalização – fase de liquidação), última ocorrência “CGA – carga com advogado” desde 04/11/2015. O prazo para apresentação de guia de recolhimento (após acordo) venceu em 08/12/2015.	Determina-se o prosseguimento. Também sem registro de início da fase de execução o processo nº 206100-63.2008.5.15.0066, com última ocorrência “DCA – devolução de carga” desde 21/08/2015, e último prazo vencido desde 08/09/2015 (para oposição de embargos à execução), o que deve ser regularizado.
17	0093700-72.2009.5.15.0066	Processo com última ocorrência “PZO – prazo” para apresentação de cálculos pelo	Determina-se a conclusão do feito para deliberação quanto ao



		reclamante desde 09/09/2013, o qual se encontra vencido desde 11/06/2015.	prosseguimento.
18	0134800-07.2009.5.15.0066	Processo na variável 346 do e-gestão (pendentes de finalização – fase de liquidação), última ocorrência “RCJ – Recebido para prosseguir” desde 04/04/2016, após sentença de liquidação e remessa a assessoria de precatórios.	Determina-se a análise do feito para regularização e prosseguimento na fase adequada, se ainda não estiver apto à baixa. Exemplificativamente, também ausente lançamento de início da execução no processo nº0001606-66.2013.5.15.0066, na variável 346 do e-gestão, muito embora haja referência à fase executória em despacho de 17/11/2016 e prática de atos correspondentes. Determina-se intensificação da gestão e registros das fases processuais, conferindo transparência à tramitação.
19	0000601-09.2013.5.15.0066	Processo na tarefa “Aguardando cumprimento de providências -Exec – 2017 – 06 – 2ª quinzena”, com extinção da execução em “despacho” de 03/03/2016.	Analisar cumprimento das determinações para baixa do feito, aparentemente, sem necessidade de aguardar até junho/2017 como indica a subcaixa.
20	0010540-76.2014.5.15.0066	Processo na tarefa “Análise de execução” desde 18/08/2016 – há outros 328 processos na tarefa, o mais antigo desde 14/06/2016.	Determina-se a análise e tramitação, intensificando-se a gestão para que os feitos não permaneçam em tarefas intermediárias.
21	0010401-27.2014.5.15.0066	Processo eletrônico com alerta de tramitação preferencial na tarefa “Controle de Sobrestamento-Suspensão” desde 09/10/2014. Celebrado acordo em audiência, há notícia de descumprimento.	Dar prosseguimento ao feito
22	0001395-30.2013.5.15.0066	Processo na tarefa “Prazos vencidos” desde 18/08/2016. Verifica-se sentença de extinção da execução.	Determina-se a análise para baixa do feito.
23	0002213-79.2013.5.15.0066	Embargos à Execução pendentes (variável 151 do e-gestão). Há despacho referente aos embargos em 18/11/2016, no entanto, não foi lançada solução para fins de e-gestão.	Regularizar a tramitação do feito.
24	0072400-64.2003.5.15.0066	Processo na variável 353 do e-gestão (pendentes de finalização – fase de execução), com última ocorrência “AGA – Aguardando audiência” desde 18/05/2015. Não há, no entanto, designação de audiência futura nesse processo. Em lançamentos anteriores há registro de suspensão para solução do 1307/03-9 – também em referido processo não há audiência futura (a última ocorreu em 29/08/2015) e a última ocorrência “PCB – Praceamento de bens em 18/10/2016”, sem andamento posterior.	Determina-se a análise para regularização.
25	0007000-84.1995.5.15.0066	Processo na variável 353 do e-gestão (pendentes de finalização – fase de execução), com última ocorrência “APS – Apensado ao 69-95”. O feito ao qual foi apensado tem última ocorrência “RCX – retirado da caixa” desde 16/05/2012.	Analisar para prosseguimento ou baixa dos feitos. Quando realizada a pesquisa pré-correicional, havia 964 feitos na ocorrência RCX, os mais antigos de 16/05/2012 – também os mais antigos no relatório sem tramitação.
26	0042700-72.2005.5.15.0066	Processo com última ocorrência “BDT – exclusão de dados do BNDT” desde 13/01/2016, ainda pendente na fase de execução (variável 353 do e-gestão).	Analisar o prosseguimento ou a baixa do feito. Semelhante determinação para os processos 0173400-



			10.2003.5.15.0066 (com ocorrência “EEN – extinta a execução” desde 24/11/2015) e 0139900-16.2004.5.15.0066 (“DCA-devolução de carga” desde 15/05/2015 e extinção da execução desde 28/04/2015), exemplificativamente.
27	150800-34.1999.5.15.0066	Processo com última ocorrência “PCB – Praceamento de bens em 08/11/2016”, sem notícia do resultado da hasta pública ou qualquer andamento posterior. Em consulta ao EXE15, verifica-se a não arrematação do bem.	Determina-se a análise para prosseguimento da execução.
28	0154500-03.2008.5.15.0066	Processo com última ocorrência “PVQ – pequeno valor quitado” desde 12/08/2015, pendente na fase de execução.	Verificar a possibilidade de baixa.

22 – CONSTATAÇÕES:

Após a exposição dos principais índices da Unidade a toda a equipe, foi realizada reunião com todos os seus servidores, seguida de reunião com o trio gerencial e, por fim, com os Diretores e Assistentes das unidades do Fórum, para orientações, quanto a otimização dos respectivos fluxos de trabalho.

a) Toda a Unidade

A Unidade faz uso da prática de controle de perícias. Depósito prévio de honorários periciais direto na conta do “*expert*”.

A anotação de CTPS tem procedimentos ordenados em sentença: advogados dos reclamantes são responsáveis pela anotação (ordenado na sentença – procedimento da juíza titular); a própria reclamada (procedimento da juíza auxiliar fixa) e, no silêncio, compete à Secretaria da Unidade.

A equipe sugere que a distribuição processual ocorra segundo o número de servidores em cada Vara do Trabalho. A Corregedoria esclarece que a distribuição de servidores em cada Unidade é questão da gestão de pessoas e não pode ser deslocada nos termos da sugestão acima.

Verifica-se que o elevado número de processos na execução reflete aqueles processos que se encontram em arquivo provisório, porque não encontraram nenhuma forma exitosa de encerramento da fase.

Todos os processos são encaminhados para perícia contábil para liquidação da sentença, salvo os processos da Fazenda Pública, que apresentam os seus cálculos.



Verifica-se que não há caso de oneração excessiva do processo pela nomeação da perícia, porque o arbitramento de honorários não admite a hipótese.

A Corregedoria insiste na utilização da subcaixa de “razões finais” e não, em “aguardando cumprimento de providências” A Corregedoria não mais tolerará a falta do movimento 51 (PAN), na forma da Portaria GP/CR nº 89/2015.

Fazenda Pública, nos casos de implementação de sexta-parte, por exemplo, por vezes, a reclamada não a faz corretamente, o que demanda cálculo de verbas vencidas, em razão dessa incorreção. Assim, a Corregedoria sugere uma mesa redonda com o procurador municipal para que essas implementações sejam feitas corretamente, mitigando o prazo médio e o congestionamento na fase.

Neste ato, verifica-se que a Unidade não adota a padronização de nomenclatura das subcaixas, conforme orientação da Corregedoria, que é imprescindível para que as subcaixas se ordenem cronologicamente, tendo em vista, ainda, a eventual necessidade de trabalho voluntário. A nomenclatura observará o seguinte modelo, já divulgado: “AAAA/MM – Xª quinzena”

- Onde AAAA correspondente ao ano, com 4 dígitos;
- MM correspondente ao mês, com 2 dígitos e;
- X correspondente a 1ª ou 2ª quinzena.

Exemplificativamente: “2017/02 – 1ª quinzena” ; “2017/-2 – 2ª quinzena”;
“2018/03 – 1ª quinzena”.

b) Trio Gerencial

Na reunião com o trio gerencial, foi apresentada a modelagem de gestão de processos que implica: a separação do fluxo em três (03) fases; cada fase organizada em células, nas quais são mapeadas as tarefas pertinentes, com base nas contagens do e-Gestão e nos normativos da Corregedoria; utilização do método concentrado; e detecção dos fatos críticos de sucesso (identificação da melhor forma de realizar a tarefa). Feito isso, a Unidade deverá anexar o processômetro a cada 60 dias em seu correspondente PROAD, considerando que seu passivo é superior à metade da média trienal de processos recebidos.

c) Diretores e assistentes do Fórum e da CGC

A Corregedoria encerra a reunião com os gestores dos Fórum e da CGC, abordando os seguintes temas:



- Razões finais (movimento 51 – PAN) e a Portaria GP/CR nº 89/2015;
- Rastreabilidade de notificações, com mais de seis (06) meses. No sítio dos Correios, na parte superior, à direita, selecione “Fale com os Correios” e, no assunto, “Fale Conosco”, localize e clique “Registro via internet” e preencha os campos da seguinte forma:
 - ✓ **“Você deseja registrar um(a):”** Reclamação;
 - ✓ **“Atendimento:”** Objeto postado com origem e destino nacional;
 - ✓ **Selecionar o item: “ Declaro ter lido e aceito o Termo de uso do Fale com os Correios”;**
 - ✓ e **“Código do Registro”**: preencher o com o número do registrado postal.
- Extração de relatórios do e- Gestão pelo trio gerencial de cada Unidade e pelo orientador de cada fase;
- Audiências do tipo Mediação/UNA e Mediação/INI, conforme apontado no item 17.1.4.;
- Realização de reuniões periódicas dos gestores do Fórum;
- Ferramenta do PJE de “estourar os balões”;
- Ferramenta de captura (“tesourinha” ) e;
- Os vídeos de “Dicas da Corregedoria”;
- Reserva de numerário, sobre o qual se esclareceu o seguinte:
 - ✓ Unidades solicitante e solicitada devem atentar-se à correta e necessária habilitação de devedores, certificação no EXE15 e atualização dos valores reservados. Assim, realizada a consulta e analisada a possibilidade de ter seu crédito satisfeito, a unidade solicitante expede o ofício para reserva de numerário, enquanto a unidade solicitada, também, pode devolver o ofício, noticiando a insuficiência do crédito para satisfação da reserva solicitada..

23 – VISITAS E ATENDIMENTOS:

Compareceu o Vice-Presidente da 12ª Subseção de Ribeirão Preto da Ordem dos Advogados do Brasil Fábio Esteves de Carvalho e formalizou o documento PR 133/2017 (que ficará anexo ao PROAD das unidades do Fórum e da CGC), apontando causas que entende tem comprometido a razoável duração do processo, sendo elas:

“1 – Audiências designadas para mais de um ano após a distribuição da ação;



2- Déficit no 'Delta' das Varas, conforme resposta aos ofícios enviados a cada secretaria da Justiça do Trabalho e respostas em anexo;

3- entrega de guias de retirada exclusivamente aos patronos em obediência a nova orientação do Tribunal;”

Além disso, informou que a OAB colocará quinze (15) estagiários de Direito à disposição das unidades do Fórum.

Compareceu o advogado Paulo Temporini, OAB/SP nº 91.112, representando advogados militantes da região, em síntese, com os seguintes requerimentos (Protocolo 002852/2017 que ficará anexo ao PROAD das unidades do Fórum e da CGC):

- contratação ou remanejamento de servidores para as unidades do Fórum;
- implantação de outras duas novas unidades no Fórum, juízes auxiliares fixos para todas as Unidades do Fórum, pauta dobrada, antecipação de audiências designadas para além de três meses após a distribuição ou para instrução;
- liberação de guias de retirada e alvará, exclusivamente, aos patronos constituídos nos autos;
- designação de audiência junto à Presidência e à Corregedoria, se, em face de dificuldade de atendimento dos requerimentos acima.

Compareceram os advogados Camila Amin Marão, Elisa Baracchini Cury e Manuela Tortul Pereira, OAB/SP nº 275.735.

24 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

24.1 – As MM. Juízas Titular e Auxiliar Fixa residem na jurisdição.

24.2 – Foi informado pelo Sr. Diretor de Secretaria que o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.

24.3 – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação do Diretor, pontualmente, sobre todas as determinações e recomendações, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se ainda que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Complementar” no PP nº 232/2017.

25 – ENCERRAMENTO:

No dia 31 de março de 2017, às 13 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Ayrton Rocha, Coordenador de Apoio ao Corregedor Regional lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.